

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Convocação de ministro



MÁRIO AGRA / CAMARA DOS DEPUTADOS

O deputado federal Rodrigo Valadares (PL-SE) solicitou a convocação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, a prestar esclarecimentos no plenário da Câmara dos Deputados sobre a autoria e a difusão de um relatório de inteligência classificado como apócrifo e atribuído à Polícia Federal. “A credibilidade das instituições públicas depende não apenas da capacidade de investigar e produzir informações, mas também da existência de procedimentos seguros de autenticação, controle, rastreabilidade e responsabilização”, justifica o autor da proposta. O documento também solicita a presença do diretor-geral da instituição, Andrei Augusto Passos Rodrigues, e do diretor de Inteligência Policial, Leandro Almada da Costa, para detalhar o uso processual do material que teria embasado decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). A petição também é assinada pelos deputados federais gaúchos Bibi Nunes (PL), Sanderson (PL), Marcel van Hattem (Novo), Mauricio Marcon (PL), Luciano Zucco (PL) e Pedro Westphalen (PP).

R\$ 1,8 milhão devolvido ao SUS após fraude

O Ministério Público Federal (MPF) homologou um “Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)” que destina mais de R\$ 1,8 milhão ao Sistema Único de Saúde (SUS) e aos cofres públicos no Rio Grande do Sul, além de impor 12 meses de prestação de serviços comunitários a duas investigadas por corrupção ativa. O caso envolve o pagamento de propina a médicos especialistas em neurocirurgia para priorizar materiais hospitalares de uma fornecedora em cirurgias realizadas no Hospital de Clínicas e no Hospital São Vicente de Paulo, em Passo Fundo. Revelado pela Operação Efeito Colateral, o esquema operou de 2010 a 2018 e teve a confissão das envolvidas para a consolidação do ajuste.

Isenção de ITR em áreas de calamidade

O deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB) apresentou projeto de lei para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) as propriedades rurais atingidas por estado de calamidade pública municipal com reconhecimento do Governo Federal. A medida condiciona o benefício tributário à comprovação de perdas severas, como frustração de safra, destruição de pastagens ou danos substanciais à produção agropecuária, possuindo validade para o exercício financeiro seguinte ao do desastre. “A exigência do ITR sobre uma atividade econômica severamente atingida pela calamidade representa, portanto, um ônus adicional justamente no momento de maior fragilidade econômica”, justifica o parlamentar.

Prevenção ao assoreamento e impacto

O senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP) apresentou requerimento no Senado Federal para que o projeto de lei que institui a “Política Nacional de Prevenção ao Assoreamento de Rios”, seja analisado também pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O parlamentar argumenta que a proposta atinge diretamente o setor produtivo rural ao abordar o uso e a conservação do solo, o manejo de recursos hídricos e a concessão de incentivos fiscais e linhas de crédito para a recomposição de matas ciliares.

Prorrogação do Funrigs

Entrevista Especial



Bolívar Cavalar e Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Candidato ao governo do RS da situação, o vice-governador Gabriel Souza (MDB) acredita que a atual gestão de Eduardo Leite (PSD) promoveu reformas positivas, especialmente no âmbito das contas públicas. Com discurso de evolução da atual agenda, o emedebista traça suas prioridades para as finanças, que incluem a prorrogação do Funrigs, o fundo da reconstrução após as cheias de 2024, e adesão ao novo programa de renegociação das dívidas dos estados com a União, o Propag, com inclusão das dívidas garantidas - aquelas cujos credores não são o ente federal.

Gabriel afirma que buscará interlocução com o governante do Planalto e sustenta que é “lógico” prorrogar o Funrigs para que os recursos sejam utilizados na proteção de lavouras contra estiagens e outros eventos, sob o argumento de que “todas as vezes que tem estiagem na safra de verão temos queda do PIB do Estado”, o que impacta também o crescimento econômico nacional.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o candidato ainda aborda sua proposta para aumentar a oferta de ensino técnico no RS, defende concessões rodoviárias como forma de elevar os investimentos e argumenta em favor do atual projeto de proteção do Estado contra cheias, embasado pelo Plano Rio Grande.

Jornal do Comércio - Por que quer ser governador do RS?

Gabriel Souza - Eu quero ser o próximo governador do Estado porque o Estado avançou muito nos últimos anos. Quando cheguei na Assembleia Legislativa, era o deputado mais jovem do Parlamento, em 2015. Um ano e quatro meses depois, eu assumi a liderança do governo (José Ivo) Sartori (MDB) na casa, em um momento que o Estado estava com uma crise fiscal sem precedentes, o País estava em uma crise econômica, que derrubou o PIB nacional em 8% em dois anos. Isso fez com que o Estado não tivesse condições de viabilizar os serviços públicos essenciais às pessoas com a qualidade

devida. Tivemos períodos longos, inclusive sem condições de pagar o salário dos servidores em dia, sem condições de pagar os hospitais em dia, sem condições de fazer investimentos mínimos na segurança, na educação, e isso é algo que eu vivi, ali, o processo de reconstrução financeira do Estado. Agora estamos na reconstrução física, e muito na questão da resiliência climática, e naquele momento a gente reconstruiu o Estado financeiramente, para que o Estado pudesse voltar a ter condições de melhorar a saúde, a educação, a infraestrutura, a segurança. E me preocupo muito quando vejo meus adversários criticando muito. Praticamente o discurso dos outros postulantes, com devido respeito a eles e a ela, é basicamente um discurso de criticar tudo. E aqueles que não reconhecem algo certamente vão colocar em risco essas questões que foram muito salutares ao Estado. E além disso, claro que além de manter as conquistas, eu quero ser governador exatamente para poder propiciar avanços.

JC - O senhor tem defendido a adesão ao Propag e prorrogação do Funrigs com inclusão das dívidas garantidas. Como pretende encaminhar junto ao Planalto?

Gabriel - Tem uma polarização radicalizada no Brasil em que não estou incluído. Vou conversar com o presidente eleito sobre prorrogação do Funrigs, vou assinar o Propag, e incluir as dívidas garantidas do Estado pela União da seguinte forma: também tem uma questão lógica no convencimento ao próximo presidente da República, seja ele quem for, que é convencê-lo mostrando que é bom para o Brasil prorrogar o Funrigs na nossa proposta. E é a única candidatura que está pedindo a prorrogação do Funrigs, mas dizendo o que vai fazer com o di-

nheiro. Vamos proteger as lavouras do Estado, e aqui está a questão lógica: o produtor rural hoje está endividado por causa das estiagens, e os adversários ficam falando mal do RS, dizendo que, nos últimos 20 anos, cresceu menos que a média nacional, e por que isso aconteceu? Porque tivemos estiagens, e todas as vezes que tem estiagem na safra de verão temos queda do PIB do Estado. E cai o PIB do Estado, cai o PIB nacional também, não é? Não é bom para o Brasil deixar o RS exposto às questões climáticas, e não só às questões das enchentes, mas também às secas, então quero fazer o maior programa da história do País em irrigação e manejo de solo.

JC - A LDO para 2027 prevê déficit orçamentário de R\$ 4 bilhões. Nos últimos anos, foram registrados superávits, mas muito influenciados por receitas extraordinárias, como de privatizações. Na adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o governo assumiu a meta de equilibrar as contas até 2031. Como alcançá-la?

Gabriel - Primeiro que o RRF, que é o modelo de renegociação da dívida vigente, vamos sair do regime a partir do mês de junho do ano que vem. A situação do Rio Grande do Sul é extremamente exótica perante os demais estados endividados com a União, porque não estamos pagando a dívida para a União; estamos pagando para nós mesmos. Isso significa que estamos no regime com o pagamento da dívida suspenso e com tudo pronto para entrar no Propag, vivendo mais ou menos uma situação, digamos, intermediária, de transição. Então, basicamente, entendendo que é muito importante aderir ao Propag em junho do ano que vem e, para tanto, a gente tem que sair do RRF. Tem até uma discussão,



“É possível entregar, no início de 2031, um Estado com equilíbrio fiscal mais sólido”